

IMPRESSÕES SOBRE O ESPETÁCULO ORFEU + CAMINHOS
DA REPORTAGEM + CULTURA E DESENVOLVIMENTO +
EM BUSCA DA HISTÓRIA AMBIENTAL DO VALE + TIMOR-
LESTE NA FURB + OS 40 ANOS DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA
PELA FURB + LUTA ANTIMANICOMIAL + PDI NA FURB

EXPRESSÃO

Ano 3 Número 28 Junho.2012

Uma publicação
do Sindicato dos
Servidores Públicos
do Ensino Superior
de Blumenau

UNIVERSITÁRIA

www.sinsepes.org.br

Biodiversidade X Desenvolvimento

Os impactos causados com o atual modelo de crescimento econômico baseado na produção, consumo e, mais recentemente, na "financeirização da vida" pags 8 e 9



Foto: Ronnie Luis Leite

»Editorial

Medir, avaliar, através de números organizados em estatísticas. O ser humano encontra em ferramentas quantitativas o auxílio para interpretar a realidade, através de metodologias que usam os números e suportam a análise qualitativa pela dedução/indução. Profissionais podem utilizar-se dos números de forma pouco parcial em suas argumentações: nas estatísticas com método duvidoso é válida a piada: "torture os nú-

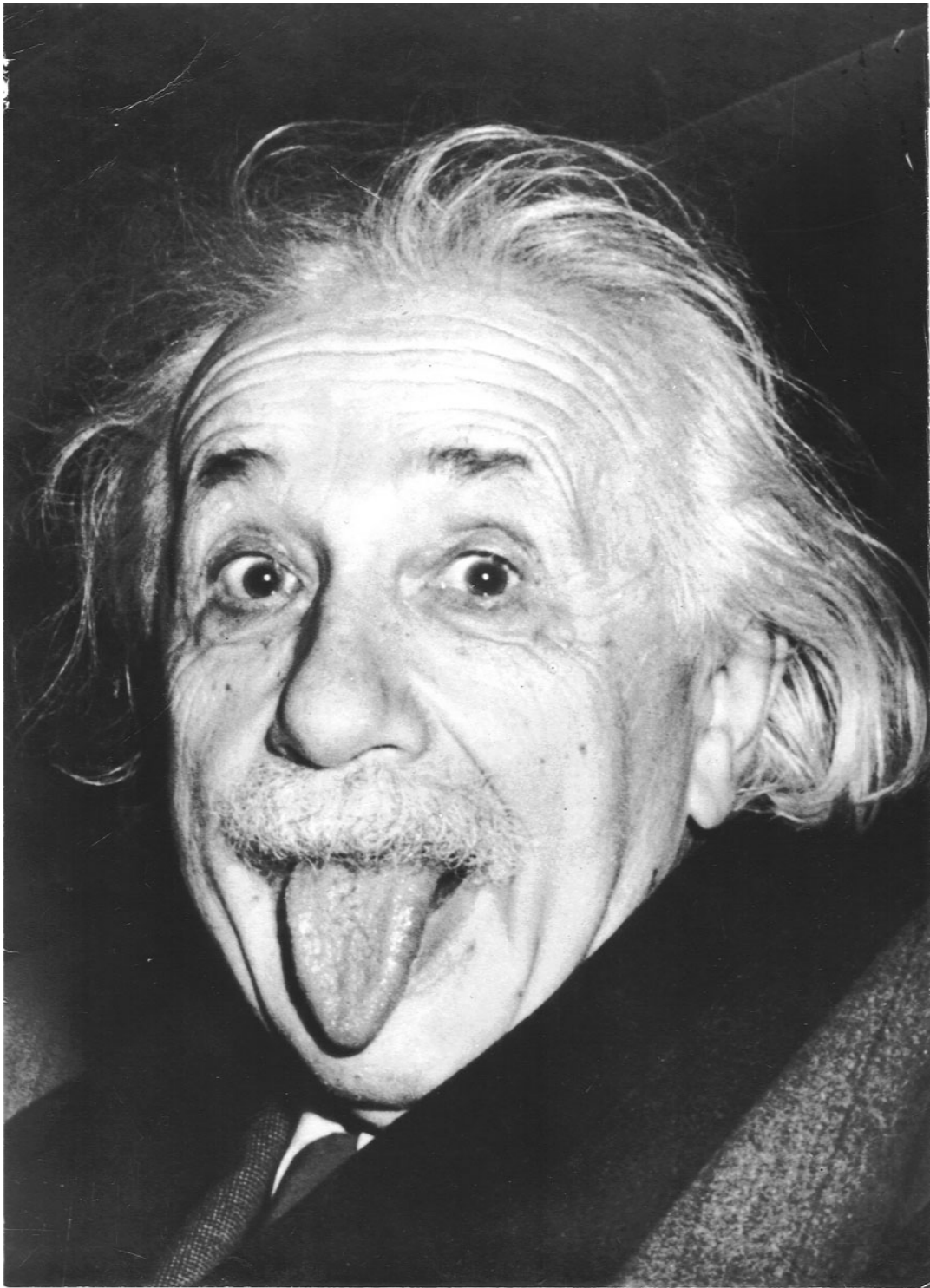
A excessiva matematização das Ciências Econômicas perde o foco no ramo fundamental do debate das ideias e na busca de um mundo melhor

meros que eles confessarão". René Descartes no tratado "Discurso sobre o método para bem conduzir a razão na busca da verdade dentro da ciência" publicado na França em 1632, considera que o bom senso é o mesmo que razão, ou seja, é o poder de bem julgar e distinguir o verdadeiro do falso e é igual em todos os Homens. O bom senso é naturalmente igual em todos os Homens, isto é, todos os humanos possuem razão. O fato de haverem opiniões diferente não é, assim, devido a haverem pessoas com mais bom senso, é sim devido a essas pessoas seguirem caminhos de pensamento diferentes ou não considerarem as mesmas coisas. Para chegar a verdade é preciso seguir um método e Descartes mostra qual foi o que ele usou. No método cartesiano, a razão tem 2 poderes fundamentais: 1) Intuição intelectual (racional) a apreensão imediata de um objeto ou ser, que é presente imediatamente a razão à existência de ideias inatas (ideias exclusivamente racionais). 2) Poder de raciocinar a cons-

truir cadeias de deduções/demonstrações. As regras do método podem ser resumidas nos seguintes passos: 1) Regra da evidência a só considerar o verdadeiro/evidente (claro e distinto), 2) Regra da divisão a dividir o mais difícil em parcelas pequenas para se tornar mais fácil de conhecer. 3) Regra da síntese a começar por conhecer as coisas mais simples e fáceis e ir gradualmente até conhecer as mais difíceis. 4) Re-

nam-se ao raciocinar às vezes. Quando sonhamos, pensamos e os nossos pensamentos são falsos. Ninguém nos pode garantir que não estamos sonhando agora mesmo. A universidade como produtora (ou reprodutora) de conhecimento utiliza-se de método para medir e avaliar suas práticas no qual destacamos o artigo nessa edição sobre o PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional a ser revisado este ano pela nossa

FURB que completou 40 anos de atividades esse mês em "Democratização da Justiça" de Lenice Kelner e da luta antimaniconial em "Por uma sociedade sem manicômios" de Alessandra Maria de Sousa e o trabalho do Grupo de Pesquisas de História Ambiental em "Em busca da História Ambiental do Vale" de Martin Stabel Garrote. Para conhecer as culturas diversas e experiências mais distantes obtivemos o depoimento e impressões do primeiro estudante do Timor-Leste em "Do outro lado do mundo: dentro da Lusofonia" de Magali Moser. Ilustra nossa capa o artigo de nosso colaborador e professor Márcio José Cubiak, autor de "Biodiversidade, Cultura e Desenvolvimento Regional" alertando e refletindo sobre os reflexos e consequências do atual modelo de desenvolvimento e "financeirização da vida". Nossos colaboradores citados apresentam nas matérias a contribuição que a Universidade tem dado em muitas questões comunitárias na nossa região seja na forma de pesquisa e extensão. Faz parte portanto da avaliação do PDI que instrumentos sejam desenvolvidos para medir o impacto de nossas ações. Recentemente foi divulgado que a FGV criou um novo índice: o "PIB da felicidade", forma alternativa de medir o que antes eram apenas a lógica de um crescimento puro em simples. A matemática é um instrumento poderoso, mas nas ciências sociais, o que vale ainda é a Economia Política como parafraseou Maria da Conceição Tavares que recentemente completou seus 80 anos. A excessiva matematização nas Ciências Econômicas perde o foco no ramo fundamental do debate das ideias e na busca de um mundo melhor utilizando o conhecimento da história e cultura como necessário à compreensão dessa razão sendo enriquecedora na formação de qualquer profissional.



gra da enumeração fazendo a revisão geral para ter a certeza que nada foi omitido. Descartes duvida das suas crenças porque: Os sentidos enganam-nos às vezes. Os homens enga-

comunidade. A positiva e relevante contribuição dos nossos projetos de extensão e participação comunitária são lembrados nas matérias sobre o Núcleo de Prática Jurídica da

DIRETORIA SINSEPEs | 2011/2014

Presidente: Ralf Marcos Ehmke (CCSA); **Vice-presidente:** Luiz Donizete Mafra (DAC), **Secretária geral:** Laurete Maria Ebel Coletti (CCS), **1ª Secretária:** Marian Natalie Meisen (Instituto FURB), **Tesoureiro:** Valcir de Amorim (DAF), **1º Tesoureiro:** Leandro Junkes (Biotério Central), **Diretor de Imprensa e Comunicação:** Carlos Alberto Silva da Silva (CCHC), **Diretora de Assuntos Jurídicos:** Ivone Fernandes Morcilo Lixa (CCJ), **Diretora de Formação e Relação Sindical:** Nevoní Goretti Damo (CCS), **Diretor de Cultura, Esporte e Lazer:** André Luís Almeida Bastos (CCT)

CONSELHO FISCAL

Efetivos: Edegar Valério Mafra (NRTV), Luiz Heinzen (CCEN), Nazareno Loffi Schmoeller (CCSA)

Suplentes: Selésio Rodrigues (DAC), Jorge Gustavo Barbosa de Oliveira (CCHC)

Jornalista responsável: Magali Moser (02353 JP-DRT/SC). **Diagramação e edição:** Magali Moser. **Tiragem:** 3.000 cópias. **Gráfica:** Grupo Paulo Pimentel (Curitiba).

As matérias assinadas são de responsabilidade dos seus autores.

Contato

Expressão Universitária é uma publicação do SINSEPEs (Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau)

Endereço: Campus I da FURB - Rua Antônio da Veiga, 140 - Victor Konder - Blumenau - SC - CEP 89012-900

Telefone: 47 3321-0400 | 47 3340-1477

E-mail: sinsepes@sinsepes.org.br

Página: www.sinsepes.org.br

Planejamento Institucional

A importância da participação para a construção do plano que estabelece diretrizes da FURB

POR **RALF M. EHMKE**, professor do Depto de Economia e presidente do SINSEPES

< ehmke@furb.br >

Você, servidor ou acadêmico da FURB, conhece a redação da missão e da visão da FURB? As metas do planejamento estratégico? Participou do processo de auto-avaliação? Se a maioria das respostas é negativa, você está entre a maioria dos casos em que esses assuntos estão à margem da sua realidade. Alguns poderiam perguntar: "mas o que eu tenho a ver com isso? Os assuntos são pertinentes aos dirigentes". Não é bem assim. Como os processos de qualquer planejamento de uma organização dependem de uma metodologia e da incorporação de uma "cultura" de planejamento, muitas Instituições de Ensino Superior (IES) estão ainda desenvolvendo e buscando um método para fazer isso.

No entanto com a Reforma Universitária iniciada no governo Fernando H. Cardoso, o MEC, através de uma série de legislações das quais citei apenas as principais, estabeleceu novos critérios e avaliações para o reconhecimento, renovação de reconhecimento de cursos, incluindo para isso um documento denominado PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) no qual integram outros planos como o Plano Pedagógico Institucional (PPI), os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), Planejamento Estratégico, (PE), Plano Diretor, estrutura física e administrativa, viabilidade financeira, etc. Na realidade, este documento vem sacramentar o enfoque "credencialista" conferido ao PDI na Resolução 10/2002 (Conselho Nacional de Educação, 2002). Tendo em vista a natureza normativa do documento, ele é uma boa fonte para avaliar o papel que o MEC espera que o PDI desempenhe dentro e fora da instituição universitária. Devido a esse enfoque burocrático muitas IES acabavam muitas vezes contratando "assessorias externas" para "produzir" esses documentos para atender esses requisitos formalizando um "PDI de gaveta". Nos processos de avaliação "in loco" não foi diferente, para IES novas com caráter inescrupuloso para conseguir autorização e credenciamento utilizaram estratégias de farsa para "enganar" as comissões externas como por exemplo na avaliação de suas bibliotecas. Houve casos de bibliotecas "ambulantes" onde os livros e computadores eram emprestados apenas para o dia da visita da comissão! Isso sem citar outras "fraudes". Aos poucos as comissões também acumularam experiência e hoje exigem que os livros tenham um carimbo com o nome da IES.

Desde 2004, uma lei federal estabeleceu a forma pela qual o Governo Federal, por meio do Ministério da Educação, avalia a qualidade da educação superior no Brasil. A lei nº 10.861 de 2004 criou o SINAES - Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior - que como um sistema, é composto de diferentes níveis de organização estrutural e funcional. Por exemplo, toda a informação acerca de um Reconhecimento ou Renovação de Reconhecimento de curso superior, desde seu projeto pedagógico, corpo docente e infraestrutura é inserida pelas universidades brasileiras no portal e-MEC do Ministério da Educação. Estes dados são estudados, analisados e interpretados pelas comissões de especialistas para visitarem as universidades, seus cursos e avaliarem "in loco" a pertinência das informações na base do e-Mec.

O Plano de Desenvolvimento Institucional –

PDI, elaborado para um período de cinco anos, é o documento que identifica a IES, no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver. (BRASIL, 2002, p. 2). Esse tópico talvez suscite a idéia de que o objetivo do PDI é permitir que a instituição possa expressar livremente sua proposta de trabalho. No entanto, analisando um dos pressupostos básicos a ele atribuídos, nesse documento, as contradições começam a aparecer, desde a contraposição criatividade/liberdade x eixos temáticos obrigatórios, como se segue: A construção do PDI poderá se fazer de forma livre, para que a Instituição exerça sua criatividade e liberdade [!], no processo de sua elaboração. Entretanto, os eixos temáticos constantes das instruções a seguir, deverão estar presentes[!], pois serão tomados como referenciais das análises subseqüentes, que se realizarão por comissão designada pela SESu/MEC para este fim. (BRASIL, 2002, p. 2). Ou seja é LIVRE mas não é TANTO, cabe a IES desenvolver segundo sua natureza e cultura de planejamento uma forma que atenda pelo menos a estrutura mínima do documento proposto.

A FURB, uma IES com anos de existência teve que se adequar a legislação do MEC em proces-

O PDI não pode ser visto apenas como instrumento de avaliação do MEC ou CEE, e sim, como um instrumento de gestão que afeta nossas condições de trabalho futuras

sos de Renovação de Reconhecimento, mas no entanto está submetida às visitas de comissões do Conselho Estadual de Educação, e nesse caminho desenvolveu etapas de Planejamento como foi o caso do Planejamento Estratégico 2010-2013, elaboramos também de forma mais participativa o Projeto Político Pedagógico Institucional (o da Universidade -PPP ou PPI) e no âmbito dos cursos os atuais Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC). Na gestão Deschamps o PDI porém ficou "a margem", ninguém deu bola, até a visita de uma Comissão Estadual em 2010 que constatou que a FURB produziu um PDI a partir de uma compilação dos documentos citados anteriormente e aprovou isso "ad referendum" junto ao seu Conselho Universitário (CONSUNI), ainda que sob protestos e com a promessa de revisão do processo de planejamento. Nas instruções para a elaboração do PDI (INEP/CONAES) a própria elaboração do PDI deverá explicitar o modo pelo qual o documento foi construído e a interferência que exercerá sobre a dinâmica da instituição. A participação ampla da comunidade interna e externa é portanto avaliada na elaboração desse documento em todas as suas fases bem como o acompanhamento das metas e sua revisão. Para corrigir isso agora no mês de maio foi organizado pela COPLAN o primeiro encontro presencial onde foram convidadas 230 pessoas

para debater a revisão da missão, visão e valores da FURB que integram a Dimensão 1 do PDI. A criação de um fórum permanente com os documentos que estão disponíveis no site da FURB no link <http://www.furb.br/forumpdi>, propõe que a comunidade que não esteve presente participe de outros eventos não presenciais, não assíncronos e que assim possa contribuir de forma mais ampla em qualquer momento com suas reflexões sobre o futuro da Universidade, utilizando-se todas as mídias e canais de comunicações disponíveis e cada vez mais acessíveis. Sobre essa metodologia outras diretrizes para a reformulação do PDI foram apresentadas no Processo no. 015 apresentado na reunião do CONSUNI no dia 16 de maio pelo Professor Pedro Paulo H. Wilhelm da COPLAN. O processo muito bem fundamentado, trata do grande desafio de conceber uma melhor estratégia para reverter o baixo grau de participação e conhecimento do PDI. Como integrar um universo de cerca de 12.000 pessoas da comunidade Universitária nesse assunto? Esse esforço é válido e terá um resultado concreto que seja realmente útil? Qual o papel da Comissão Própria de Avaliação (CPA) no processo avaliação e cumprimento desse planejamento? Alguns pensam que planejamento deve ser elaborado apenas pelos dirigentes que possuem envolvimento e conhecimento maior de certas realidades, o que não deixa de ser verdade. Mas a experiência de bons planos organizacionais mostra que o envolvimento de pessoas e a abertura dos canais de comunicação que expressam a oportunidade de contribuir, cujos resultados são subsídios pela própria informação em si, da real situação de compreensão das pessoas sobre a própria organização e seu futuro, já é mérito para esse esforço, pelo simples fato da própria avaliação. O resultado do envolvimento traduz um resultado muito útil para a realização do plano: COMPROMETIMENTO. Falar em comprometimento em torno de uma missão e visão não é fácil em uma Universidade que preza pela diversidade e multiplicidade de opiniões em especial nas universidades públicas. Nesse quesito, o PDI em uma discussão mais ampla instala outro resultado; o compartilhamento dessas visões diversas em um processo de entendimento e NEGOCIAÇÃO. Navegando pela internet constatee artigos e experiências dessa construção do PDI onde as dificuldades estão presentes mas que trazem a forma positiva como a cultura de planejamento acaba sendo resgatada. Muitas IES (a maioria delas) disponibilizam seus documentos do próprio site da universidade utilizando-se também dos mais diversos meios de comunicação como chats, fóruns, redes sociais, etc. A UFRGS por exemplo, utilizou o Youtube, para chamar os estudantes a participarem. Outras porém como a Estácio de Sá, apenas menciona a existência dos documentos de planejamento e que estão disponíveis na sua biblioteca (?) para consulta de quem estiver interessado.

Fica o desafio de como mobilizar pessoas, pois o PDI não deve ser visto apenas como instrumento de avaliação do MEC ou CEE e sim como um instrumento de gestão que afeta nossas condições de trabalho futuras dentro de decisões que no mínimo fomos convidados a participar.

Qual o segredo do Orfeu blumenauense?



Foto: Rafaela Martins

A convite do Expressão Universitária, o compositor e o autor do texto de Orfeu 21, André de Souza e Gregory Haertel trocaram impressões sobre o musical que foi um marco na cultura local

POR **GREGORY HAERTEL**, autor do texto de Orfeu 21 <gbhaertel@gmail.com>

E **ANDRÉ DE SOUZA**, compositor e diretor musical de Orfeu 21 <arsdicendi@ig.com.br>

A temporada de estreia do espetáculo Orfeu 21 surpreendeu a todos, tanto ao público como aos artistas. O público aprovou com louvores o resultado, não escondendo a surpresa com o fato de o espetáculo ter atingido um alto grau de realização artística mesmo sendo uma produção local. Já os artistas se surpreenderam com a recepção calorosa que tiveram, visto estarem acostumados a ver grandes esforços serem prestigiados por plateias que raramente ultrapassam uma centena de espectadores. Vale, então, perguntar: qual é o segredo deste Orfeu blumenauense? Para tentar responder a esta pergunta, a redação convidou André de Souza e Gregory Haertel (responsáveis respectivamente pela música e pelo texto da obra) para conversarem um pouco sobre o processo de criação e produção de Orfeu 21.

Gregory: Talvez um jeito legal de começarmos esta conversa seja a de tentarmos entender a importância do Teatro Carlos Gomes na realização do espetáculo musical Orfeu 21.

André: Eu acredito que Orfeu 21 é um produto da Sociedade Dramático-Musical Carlos Gomes. A entidade, que nasceu como um grupo de amigos que se reunia para montar espetáculos teatrais com música, nada mais fez que buscar a realização de sua missão original. Apesar de muitos pensarem ter sido um feito inédi-

to, basta dar uma olhada na história do Teatro Carlos Gomes para constatar as inúmeras realizações encabeçadas pelo maestro Heinz Geyer, sempre prestigiadas pelo público local. Por alguma razão, no entanto, esta missão esteve de alguma forma adormecida nas últimas décadas.

Gregory: Mas parece que este cenário está mudando...

André: Felizmente! Blumenau cresceu, se desenvolveu, e a relação do TCG com a cidade também mudou. Para muitos ainda ficou a marca de uma sociedade elitista que não permitia o acesso universal às suas atividades. Hoje, porém, a instituição mantém inúmeros programas de atividades culturais, promovidos pelas suas escolas de música, dança e teatro, que atraem pessoas de todos os cantos da cidade e de cidades vizinhas, das mais diversas origens sociais.

Gregory: O Teatro Carlos Gomes não apenas aprovou a ideia da realização do musical, como tam-

bém deu todo o apoio para o projeto, buscando patrocínios e reconhecendo o trabalho artístico como uma atividade profissional valorosa para a nossa sociedade. Além disto, o teatro contou com o Rodrigo Dal Molin, o produtor que acreditou e que comprou a ideia deste musical.

André: Este é o segundo aspecto que acho importante ressaltar: a atividade artística e cultural vem se profissionalizando cada vez mais, e

Os artistas se surpreenderam com a recepção calorosa que tiveram, visto estarem acostumados a ver grandes esforços serem prestigiados por plateias que raramente ultrapassam uma centena de espectadores. Vale então perguntar: qual é o segredo deste Orfeu blumenauense?

as pessoas que trabalham com arte estão buscando uma qualificação e se especializando em diferentes áreas da produção cultural. O grande sucesso do espetáculo seria im-

possível sem uma produção competente e sem os mecanismos atuais de financiamento à cultura. Neste sentido, Orfeu 21 representa um grande passo na direção de uma ampliação da produção cultural da região, por ter demonstrado de maneira cabal que temos profissionais competentes e público interessado em número suficiente para sustentar uma ati-

dade artística constante no Vale do Itajaí.

Gregory: E o Orfeu 21, propriamente dito?

André: Quanto à obra em si, eu diria que o espetáculo transcende o seu local de origem e fala para o mundo, por tratar de questões universais e de fundamental importância para a sociedade contemporânea numa linguagem pós-moderna tanto na música como na estrutura dramática. É quase difícil de acreditar que conseguimos chegar tão longe – lembra como era a ideia no começo?

Gregory: Eu me lembro que, lá pelos idos de 2009, tu me convidaste para escrever o libreto de um musical baseado no mito de Orfeu, uma ideia que já tinhas há algum tempo. Este convite não era uma “encomenda”. Era o convite para, como realmente aconteceu, uma parceria. Muita gente pode imaginar que o processo de criação é algo que se dá solitária e instintivamente mas, no caso do libreto deste musical, desde o início tu participaste ativamente. Lembro que nos reuníamos quase que semanalmente para decidir a melhor sequência de cenas, o melhor local para os números musicais, mudanças e soluções para as letras das músicas, etc... Acredito firmemente que este diálogo constante foi um dos grandes trunfos para a unidade final entre texto e música.

André: Sem dúvida! Música e texto estão tão bem entrelaçados

que me arrisco a dizer que este é um dos grandes motivos para a aprovação quase que unânime que o espetáculo teve em sua temporada de estreia. Ironicamente, este processo se tornou possível justamente pelo longo tempo que decorreu desde a proposta inicial até a aprovação do projeto pela lei Rouanet e a subsequente captação dos recursos. A arte, assim como a vida, tem realmente caminhos tortuosos, que parecem não fazer sentido quando olhamos para o futuro, mas se revelam perfeitamente lógicos e coerentes quando olhamos para a sequência dos aconteci-

mentos.

Gregory: A gente vinha brincando, nas semanas antes da estreia, que tínhamos que agradecer aos deuses porque “tudo o que podia dar certo estava dando certo”. O envolvimento de todos os artistas que participaram do musical (e são inúmeros para que consigamos citá-los todos), a paixão com que todos se entregaram, as soluções sempre sensacionais do Pépe (Sedrez – diretor geral) e da Bice (Beatriz Niemeyer – diretora das coreografias), a qualidade do casal central (Fábio Hostert e Luca Martins), o cenário do Enzo (Monti), a ilumi-

nação do Giba (de Oliveira), o figurino da Rose (Reddin), a escolha da banda Orfeus (Perpetual Dreams), enfim, tudo conspirou a favor deste Orfeu blumenauense. Mais de 100 pessoas envolvidas, a grande maioria saindo da sua “zona de conforto” de produção artística, todos aceitando correr esse imenso risco juntos... Olhando em retrospectiva, isso tudo que aconteceu é algo que me emociona profundamente.

André: “Emoção” é uma das palavras-chave do nosso Orfeu; a outra, na minha opinião é “aprendizado”. Justamente por causa da integração

entre as áreas artísticas todos nós aprendemos muito, e construímos um know-how que vai nos permitir sonhar cada vez mais alto e produzir muitos espetáculos.

Gregory: Eu só tenho a te agradecer, André, por teres me convidado para esta parceria, e agradecer a todo mundo envolvido na realização deste musical. Muito obrigado!

André: Acho que a melhor forma de agradecer aos artistas e ao público é escrever um novo musical – o que achas?

Gregory: Quando? Agora? Estou dentro. Totalmente dentro.

Fotos: Jaime Batista



Foto: Rafaela Martins



Ficha Técnica:

Texto: Gregory Haertel
Música: André de Souza
Direção geral artística: Pépe Sedrez
Direção Coreográfica: Beatriz Niemeyer
Direção de Produção: Rodrigo Dal Molin

Sobre o espetáculo Orfeu 21

O espetáculo Orfeu 21 estreou dia 2 de maio e ficou em cartaz até o dia 6 do mesmo mês no Teatro Carlos Gomes (TCG). Envolveu 130 artistas, entre professores e alunos das escolas de música, dança e teatro do TCG, além de diretores, assistentes e técnicos. É uma produção inédita, com texto e música originais.

Orfeu 21 traz ao palco a história de Rogério, interpretado por Fábio Hostert, famoso vocalista da banda pop Orfeus que se casa com Alice, vivida por Lúcia Helena Martins, uma bailarina. A felicidade do casal é interrompida quando a moça é vítima de uma infeliz fatalidade. A partir daí, Rogério busca encontrar um sentido para continuar cantando durante a longa espera.

Em busca da utopia

Reflexões sobre os caminhos da reportagem no Brasil, dos anos 50 aos anos 90

POR ELAINE TAVARES, *jornalista*

<eteia@gmx.net>

O bom jornalista nunca acredita no que lhe dizem. Duvida e investiga. E foi justamente a dúvida que levou à investigação sobre se, de fato, a utopia estava morta nos anos 90, conforme alardeavam os arautos da pós-modernidade. O início daquela década foi caracterizado como o tempo de todos os fins, inclusive o fim da história. Assim que era hora de iniciar uma boa pesquisa sobre o tema, que acabou singularizado na reportagem, que é dama do jornalismo. O tema só poderia ser a utopia. Era necessário ver se, como e onde ela aparecia no jornalismo, na reportagem, já que esse desejo de um lá-na-frente melhor (utopia) sempre pareceu fazer parte da consciência humana.

Durante toda a década de 90 houve uma histeria na mídia e nas esferas intelectuais sobre o fim de todas as utopias. Falava-se do fim da história, fim do socialismo, fim das grandes narrativas. Era o braço filosófico do neoliberalismo querendo incutir nas gentes essa “verdade incontestável”. Mas, não dava

para se acreditar nisso, porque a utopia seguia aparecendo explícita em muitas partes de nossa Abya Ayla (América Latina). O fim do socialismo na União Soviética, a queda do muro e tudo mais não tirava das gentes o desejo de uma vida de riquezas

na Cruzeiro, a utopia assoma na forma de narrar. É quando a reportagem começa a se constituir como texto descritivo, interpretativo, para além da opinião. Esse tipo de narrativa consegue também trazer para o texto a utopia da época, os anos 60, tempos de grandes mudanças culturais e políticas, quando se vivia uma nova temperatura no mundo. Na Revista Realidade a utopia se mostra plena, com a reportagem – texto e foto – sendo capaz de expressar o espírito da época, que era de revoluções e mudanças em todo o mundo. Mesmo sendo feita dentro de um regime militar, como o vivido no Brasil, a Realidade trazia temas instigantes e reportagens descritivas que pareciam roteiros cinematográficos, tamanha a sua capacidade de transportar o leitor para dentro da história.

Ali, a forma de narrar impressionista chegava ao seu auge. Expunha as chagas abertas da vida brasileira em histórias reais e o jornalismo adquiria o sentido da arte. Textos épicos podem ser encontrados na Realidade. A revista Veja atravessa os anos 80 e 90 como um fenômeno editorial e, por incrível que pareça, também apresenta a marca da utopia, nesse caso, muitas vezes, como distopia (lugar ruim). Busca, na nova narrativa hegemônica e impessoal, sem marca de autor, consolidar uma sociedade submetida à indústria cultural. E aí, o jornalismo deixa de ser uma narrativa impressionista, descritiva e interpretativa e passa a ser uma espécie de “gosma”, sem forma e sem sabor. Ainda assim, mesmo nela, vez em quando aparece um texto de autor, no qual o jornalista ousa narrar a vida mesma, e aí aparece de novo a utopia como eutopia. É muito bonito de ver. Por fim, a Época, que aparece para “arrebentar” no início dos anos 2000. Com seus drops informativos e infográficos ela chega ao ápice da distopia, com o jornalismo perdendo todas as suas características como narrativa da vida. Os textos são horríveis, retalhos de vários olhos, sem identidade. A maioria das reportagens são auto-propaganda da Globo, ou seja, a revista servindo como espaço para vender ainda mais a programação da TV. E ali, no auge da gosma, um ou outro jornalista-autor também aparece e faz aparecer a utopia como um raio de luz.

COMO SE FORMA O PENSAMENTO TEÓRICO SOBRE O JORNALISMO NO BRASIL

Esse foi outro elemento que a busca pela utopia no jornalismo fez aflorar. Geralmente, nas faculdades de Jornalismo é comum os professores

ensinarem o pensamento de autores estrangeiros, falarem do jornalismo que se fazia e se faz nos Estados Unidos, mas muito pouco se fala dos autores brasileiros. Então fomos procurar quem tinha sido o “guru” de cada época. E, nesse garimpar acabamos encontrando autores incríveis, com pensamentos muito originais sobre o jornalismo como por exemplo o Celso Kelly, que chegou a escrever uma teoria estética para o jornalismo, e o Antônio Olinto, que é uma preciosidade. Ele diz: o jornalista tem que ser como o artista, que mantém intacta em si a capacidade de sentir e transmitir sentimentos estranhamente verdadeiros.

Mas, também foi fácil perceber que o jornalismo brasileiro pós-50 se constituiu hegemonicamente como uma cópia bem ruinzinha do jornalismo estadunidense. Venceram as mentes colonizadas e os autores mais originais ficaram à margem, por isso não é sem razão que são praticamente desconhecidos nos cursos de jornalismo hoje em dia. Por exemplo, o chamado “novo jornalismo”, incensado como um jeito de narrar nascido nos EUA, já era uma prática corrente aqui no Brasil bem antes de surgir por lá. Pode-se ver esses textos intimistas e impressionistas na revista O Cruzeiro. São as coisas do nosso colonialismo mental. Infelizmente o jornalismo que se pratica no Brasil – na maioria dos veículos – segue sendo a cópia mal aparada do jornalismo estadunidense. Uma pena. Temos uma linda história e bons teóricos, como é o caso do Adelmo Genro, que no nosso ponto de vista, é o que há de mais original na discussão do fazer jornalístico. Um autor para ser estudado à exaustão.

A VEJA NASCEU PARA CONSOLIDAR UM JORNALISMO VAZIO

A Veja é um caso de autofagia de uma determinada empresa (a Abril) em nome de um modelo de mundo que chegava desde os Estados Unidos. Ela nasce nos anos 70 dentro da mesma editora que fazia a Realidade, que era uma beleza de revista, com reportagens incríveis. E ela vem para implantar no Brasil um estilo de jornalismo que assomava nos EUA e viria a ser copiado em toda América Latina, o modelo Time-Life. Essa coisa insossa de uma informação sem contexto, e que, afinal, é também uma ação política. Ela é parte de um modo de ser e estar no mundo. Escrever como se estivesse informando, mas sem na verdade informar.

Então a Veja entrou no mercado e matou a Realidade, que era um jornalismo de profundidade, que levava ao pensamento, ao questionamento. A mesma empresa mata uma revista boa para que a revista ruim pudesse começar a atuar como a usina ideológica de um modelo que se queria para o Brasil. Foi um projeto utópico (distópico) da classe dominante brasileira.

Trazer a “modernidade” que se apregoava no chamado “mundo livre” dos EUA e emburrecer as pessoas. A revista então encurta os textos, tira o contexto da reportagem e passa a funcionar como uma doutrinação, dominada pelo pensamento único.

Já não era mais jornalismo. Basta ver o que que é a Veja hoje: uma máquina de propaganda da distopia da direita brasileira. Jornalismo ali é coisa rara. Quando aparece é obra solitária de algum jornalista.

Geralmente, nas faculdades de Jornalismo é comum os professores ensinarem o pensamento de autores estrangeiros, falarem do jornalismo que se fazia e se faz nos Estados Unidos, mas muito pouco se fala dos autores brasileiros

repartida. Por exemplo, no Equador, os indígenas saíam de suas comunidades e ocupavam as igrejas de Quito exigindo seus direitos. O mesmo acontecia no México, onde os novos zapatistas faziam um enfrentamento armado ao Estado, usando a internet como um elemento de potencialização da resistência, mostrando que o elogio da técnica que andava sendo feita pelos filósofos neoliberais não matava o desejo de se viver uma vida real, boa e bonita. Isso tudo e outros acontecimentos utópicos no Brasil, na Argentina, enfim, podiam ser observados por várias regiões desse lindo continente. Então, se a realidade gritava que a utopia vivia, não dava para crer no que apregoavam alguns filósofos, notadamente europeus.

Assim, a tarefa que urgia era a de buscar na narrativa jornalística, o sinal dessa utopia, o que acabou sendo muito fácil. A vida real, quando narrada com qualidade, descrição e contexto histórico escancara a utopia humana. Nesse sentido foi possível comprovar que se as utopias estavam claudicando lá na Europa envelhecida e esgotada, aqui na América Latina isso não acontecia de forma alguma. Ao contrário, por estas plagas se vivia um alvorecer de novas e fecundas utopias, inclusive com um novo governo na Venezuela, que iria mudar todos os conceitos que se tinha sobre o fim do próprio socialismo. E mais ainda, a pesquisa pode comprovar que a utopia já vivia nas reportagens desde sempre, embora o recorte tenha iniciado nos anos 50.

COMO A UTOPIA APARECE NAS REVISTAS DE INFORMAÇÃO

Há um teórico brasileiro chamado Teixeira Coelho que fez um trabalho muito interessante sobre a

O JORNALISTA E SUA UTOPIA
PESSOAL TEM LUGAR NAS
GRANDES EMPRESAS

O jornalista tem algumas opções na vida. Uma delas é a de ser fiel às suas utopias, aos seus sonhos, e aí, se ele está trabalhando numa empresa grande, tipo RBS ou Folha, qualquer uma que seja reprodutora do sistema e que não tem compromisso nenhum com o jornalismo ou com a mudança do mundo, o seu compromisso é abrir brechas na parede. Muitas vezes os jornalistas são obrigados, por força da necessidade de emprego e salário, de estar nesses lugares. Mas isso não significa que ele tenha de abortar suas utopias, sua vontade de narrar o mundo. Ele ou ela vai ter de pelear, lutar pelas suas matérias. Acreditamos

A utopia é algo semelhante a uma corda dessas que o faquir indiano faz subir com o som da sua flauta e, depois, contra todas as possibilidades, ainda sobe por ela. Parece impossível, mas acontece de verdade. Assim é o desejo utópico dentro do jornalista

firmemente que um texto bom, bem elaborado, tem lugar mesmo nas "gosmas". Isso pode ser comprovado na pesquisa que se expressa no livro "Em busca da Utopia". Nele, pode-se ver que os belos textos aparecem também na Veja e na Época. Porque certamente ali estavam jornalistas que transcenderam à mediocridade, à autocensura, e produziram belezas. E assim é no cotidiano dos grandes jornais ou revistas. Fez-se muita porcaria, mas vez ou outra a gente pode subverter, "oferecer a mais fina iguaria" aos leitores, como dizia o Marcos Faerman. Tem uma professora na FURB, a Roseméri Laurindo, que escreveu um belo livro chamado "As três dimensões do Jornalismo", e que mostra, através da teoria do Adélmo Genro, que existe o jornalista-marca, esse que se rende aos interesses da empresa e subssome no universo gosmento dela e há o jornalista-autor, o que transcende, o que escreve com personalidade, com identidade. Isso é possível e existe, mesmo na Globo.

As revistas Realidade e Cruzeiro marcaram época no Jornalismo Brasileiro



Agora, é claro que infelizmente o que se vê hegemonicamente nas redações são os jornalistas que têm como utopia a construção do seu próprio mundo e aí viram serviçais do sistema, dos patrões, de um modo de vida que exclui a maioria. Com esses há pouco a fazer, temos de combater. Mas a maioria sonha com um mundo melhor e pode usar esse desejo para narrar a vida em movimento, narrar descrevendo, que é a melhor forma de transformar o mundo. Como dizia Bloh, é na visão do que não pode ser verdade, que a gente caminha para o lá-na-frente onde todos possam bem-viver. Ou, nas palavras do Antônio Olinto: é na descrição que o jornalista formula a mais poderosa das opiniões.

A IMPORTÂNCIA DA UTOPIA
NO JORNALISMO

O jornalista como ser humano é um ser utópico e, no jornalismo, o melhor é que pudesse conspirar da eutopia (lugar bom). Por exemplo: não dá para ver o despejo das famílias de Pinheirinho e não pensar que algo ali está muito errado. E, na narrativa dessa violência deixar aberto para o leitor ou espectador a possibilidade de ele dizer, "isso não pode ser". Essa é a utopia da qual o jornalismo é capaz. Levar o leitor espectador a pensar, a se desalojar. Isso é praticamente uma revolução.

E hoje, apesar da vitória avassaladora do jornalismo-propaganda, ainda existem centenas de

jornalistas que utopicamente narram a vida. Estão aí nos sindicatos, nos movimentos sociais e até nas grandes empresas, nas pequenas cidades, na internet. São aqueles dos quais já falamos. Não se rendem, não se autocensuram, fazem as matérias com bossa, narram a vida em movimento. Se alguém os censura, o ônus não é deles. Eles fazem o que têm de fazer, descrevem a realidade, cumprem a sua utopia. A empregabilidade não pode servir de escudo para a pessoa se anular. Pode-se trabalhar em todas as áreas do jornalismo, Tv, rádio, jornal, grandes empresas, e nunca deixar de ser quem se é, jornalista-autor, desvelando no texto o que fica encoberto. Às vezes a pessoa é demitida, passa apertos, mas não morre de fome. Esses têm outro projeto de vida, no qual a vida plena é para todos e não só para alguns.

A utopia é algo semelhante a uma corda dessas que o faquir indiano faz subir com o som da sua flauta e, depois, contra todas as possibilidades, ainda sobe por ela. Parece impossível, mas acontece de verdade. Assim é o desejo utópico dentro do jornalista. Ele precisa aparecer nas reportagens, precisa narrar o mundo contra todos os obstáculos postos pelos sistema capitalista, pelo modelo de jornalismo hegemônico. É nessa corda que nós vamos subindo, a despeito de tudo que possa acontecer. Porque acreditamos que é possível um mundo diferente, de riquezas repartidas, de vida plena, de bem viver para todos. Assim, com Bloch, ao narrarmos a vida real de exclusão, de sofrimento, de exploração, dizemos: isso não pode ser verdade. E fazemos o leitor pensar.



Biodiversidade, Cultura e

Os impactos causados com o atual modelo de produção, consumo e, mais recentemente,

POR **MÁRCIO JOSÉ CUBIAK**, *aluno do Mestrado em Desenvolvimento Regional na Furb* < marciocubiak@gmail.com >

INTRODUÇÃO

O atual modelo de crescimento econômico, nascido junto com a sociedade industrial, baseado na produção, consumo e, mais recentemente, na financeirização da vida, traz consigo uma série de catástro-

patrimônio ecológico e têm posto na lista de extinção, espécies vivas, hábitos e saberes culturais ancestrais, línguas e por que não, até mesmo o próprio clima como nós o conhecemos. A sobrevivência global está em jogo e ainda assim, caminhamos como espectadores angus-

É preciso pensar que os seres humanos, embora com suas diferenças culturais, integram a biosfera como uma espécie dentre outras. Por muito tempo imperou uma concepção de mundo que colocava em lados opostos civilização contra selvagem, natureza. Para romper com

ca ao molecular. Inclui todos os seres vivos e todas as relações que se estabelecem entre si e o meio físico, transformando as paisagens, constituindo o que chamamos de natureza.

Para a Convenção pela Diversidade Biológica, resultados das articula-



fes sociais e ambientais. Este modelo produziu a hegemonia de um discurso que prega a separação entre o humano e o “não humano”, tornando essa separação “natural”. Esta oposição entre o natural e a sociedade não somente tem profundas implicações para a Epistemologia da Ciência como, também, constitui a base de nossa economia e da Economia Política. Nossa civilização ocidental privilegiou a produção de riquezas e todo o nosso sistema de conhecimento gira em torno desses objetivos.

Catástrofe para quem? Para a espécie humana e as demais espécies vivas, animais e vegetais. O planeta já teve várias paisagens e espécies biológicas. Porém, é possível afirmar que estes últimos milênios têm sido especiais para a diversidade biológica e cultural do planeta. No entanto, as atividades humanas e seu modo de produção ocidental trouxeram consigo a exploração predatória do

tiados, mas pouco afeitos às necessárias transformações que precisam ser iniciadas rumo à transição para o ecodesenvolvimento, baseado na

As atividades humanas e seu modo de produção ocidental trouxeram consigo a exploração predatória do patrimônio ecológico e têm posto na lista de extinção, espécies vivas, hábitos e saberes culturais ancestrais, línguas e por que não, até mesmo o próprio clima como nós o conhecemos

sustentabilidade e em relações mais próximas e integradas entre todas as espécies que compõem a biodiversidade.

BIODIVERSIDADE E CULTURA

essa dicotomia, um conceito central para entender essas relações como complexas é o de “Biodiversidade”, surgido no final da década de 1980,

cunhado pelo ecólogo estadunidense Edward O. Wilson . O autor afirma que a biodiversidade é a maior de todas as riquezas e, no entanto, a menos valorizada, alertando para o desaparecimento de muitas espécies em todo planeta. A partir de então, seu conceito difundiu-se e hoje ela se refere à diversidade ecossistêmi-

ções ao redor do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP) e assinada, em 1992, por 150 países, “biodiversidade ou diversidade biológica significa a variabilidade existente entre organismos vivos de todas as fontes, abrangendo, entre outros, ecossistemas terrestres, marinhos e outros aquáticos, bem como os complexos ecológicos de que são parte; isso inclui a diversidade de todas as espécies, entre espécies e ecossistema (APUD REIS)”.

Em se tratando de cultura, as comunidades tradicionais locais, de todo o planeta, são as mais afetadas. Podemos apontar para a qualidade “tradicional” a fim de adjetivar povos com longa residência numa determinada área. Aparecem no debate internacional na década de 1990, quando são lançados gritos políticos por outra maneira de encarar a realidade, a produção e consumo na sociedade ocidental. A maioria das comunidades tradicionais reivindi-

Desenvolvimento Regional

modelo de crescimento econômico baseado na
recentemente, na "financeirização da vida"

ca, no âmbito do direito internacional, a sua autodeterminação, baseando essa tese em argumentos como: saberes próprios sobre a biodiversidade acumulados ao longo das gerações e a maneira específica de manejar os recursos naturais de seu território (COLCHESTER, 2000). Indiretamente, atacam o modelo

ENTRE BIODIVERSIDADE, CULTURA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Nesta reflexão, utilizo-me do conceito de biodiversidade, mas aponto um limite possível, uma vez que o mesmo foi apropriado pelo capita-

sobre as comunidades tradicionais é a desestabilização de seus sistemas políticos de organização e exploração do território, através da inserção de máquinas agrícolas, pesticidas e programas externos, como muitos já financiados pelo Banco Mundial. Isto vem levando as próprias comunidades tradicionais a exercerem pressão ecológica, em busca de dinheiro. Disso resulta a transformação sobre o uso e a ocupação do solo.

O acesso à terra, muitas vezes negociada sem o consentimento dos líderes locais, feito em escritórios entre governos e empresas é outro fator de perda de diversidade biológica e cultural. De acordo com John Vidal, em artigo publicado no Jornal Brasil de Fato (2010, p.12), estima-se que aproximadamente 125 milhões de acres de terra foram adquiridos ou estão em vias de serem negociados por governos e investidores ricos. Nestas terras negociadas impera a lógica da monocultura e do lucro. O mesmo artigo aponta que a compra de terras na África subsaariana tem oferecido margens de até 25% de lucro ao ano, considerando o capital investido. Milhares de comunidades tradicionais são retiradas à força.

Portanto, no cenário atual, de capitalismo e mundialização, urge perguntar: é possível que as comunidades locais e seus conhecimentos acumulados, resignificados e materializados através da cultura, estabeleçam relações de força favoráveis à sua autonomia, tornando-se atores de "peso", ou sucumbirão diante da homogeneização das técnicas engendradas pelas grandes corporações? Esses conhecimentos não correm o risco de se tornarem patentes adquiridas por corporações da indústria farmacêutica, restringindo o seu uso e acesso pelas comunidades tradicionais, por exemplo?

É fato que estas comunidades estão sofrendo pressões pela dinâmica global de interdependência e mundialização, caracterizada pelo mercado e consumo. Ao mesmo tempo, e por isso mesmo, estas comunidades estão sendo consideradas protagonistas de novas utopias. O desafio vai além de reconhecer esses saberes locais, mas também, como garantir o sistema de produção desses saberes (CASTRO, 2000). Mas não é possível continuar alheio à importância das comunidades tradicionais locais na manutenção dos ecossistemas planetários e na conservação da biodiversidade. Cultura e Biodiversidade coexistem, não evoluem sozinhos. Estão imbricados pela essência de cada um. As políticas públicas de Desenvolvimento Regional devem estudar, preservar e incentivar estas práticas como manejo susten-

tável do território.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Maria Geralda. *Cultura Ecológica e Biodiversidade. Mercator - Revista de Geografia da UFC, ano 02, número 03, 2003, p. 71-82.*

ARRUDA, Rinaldo S.V. "Populações tradicionais" e a proteção dos Recursos Naturais em Unidades de Conservação. In: DIEGUES, Antonio Carlos. *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Editora Hucitec, 2000, p.273- 290.*

CASTRO, Edna. *Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais. In: DIEGUES, Antonio Carlos. Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Editora Hucitec, 2000, p.165- 182.*

COLCHESTER, Marcus. *Resgatando a Natureza: Comunidades Tradicionais e Áreas protegidas. In: DIEGUES, Antonio Carlos. Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Editora Hucitec, 2000, p. 225-256.*

CUÉLLAR, Javier Pérez (org). *Nossa diversidade criadora: relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento. São Paulo: Papirus Editora, 1997, 416pp.*

LEIS, Hector Ricardo. *A Modernidade Insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea. Rio de Janeiro - Florianópolis: Editora Vozes/Editora da UFSC, 1999, 261pp.*

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convenção sobre Diversidade Biológica. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/doc_cdb.php>. Acesso em: 25/03/2010*

REIS, Ana Carla Fonseca. *Diversidade cultural e biodiversidade: patrimônios interdependentes e pré-requisitos para o desenvolvimento sustentável. Trabalho apresentado no II ENE-CULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado de 03 a 05 de maio de 2006, na Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil. (acesso: 16/04/2010, 22h44m - http://www.cult.ufba.br/enecul2006/ana_carla_fonseca_reis.pdf).*

VIDAL, John. "A gigantesca corrida pela terra". In: *Jornal Brasil de Fato, São Paulo: Ano 8, Número 368, de 18 a 24 de março de 2010. p.12*

É possível que as comunidades locais e seus conhecimentos acumulados, resignificados e materializados através da cultura, estabeleçam relações de força favoráveis à sua autonomia, tornando-se atores de "peso", ou sucumbirão diante da homogeneização das técnicas engendradas pelas grandes corporações?

hegemônico de Ciência superespecializada e fragmentada, apontando uma perspectiva holística e dialógica para com a realidade humana e natural/biológica.

O saber local adquiriu, através da vivência em profundidade com os sistemas ecológicos, um conhecimento autóctone que compreendeu, consciente ou inconscientemente, o funcionamento desses sistemas, as propriedades das plantas e dos animais. As próprias técnicas de uso e gestão dos recursos estariam comprometidas com o equilíbrio ambiental, pois a sobrevivência e identidade do grupo estão intimamente relacionadas com o meio natural. A integralidade entre natureza e sociedade, nesses grupos autóctones, produziu interpretações sobre o mundo vivido que encerram múltiplas dimensões: os rituais, o trabalho, o território etc. Cada uma delas se defronta com a capacidade e o limite de manejo dos recursos biológicos, na qual a produção e o trabalho são indissociáveis de valores não econômicos, carregados do simbólico. As suas ações e práticas baseiam-se no conhecimento profundo adquirido na experiência direta com o meio natural que habita. O processo de acumulação de conhecimentos sobre o território e pelas diferentes formas de trabalho e produção permite a reprodução do grupo. Todo esse arcabouço simbólico é marcado pela informalidade, passando de geração para geração e sendo inovado constantemente. Neste sentido, o patrimônio erigido por esses grupos é "transtemporal" e "translocal" (CASTRO, 2000).

CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES PARA NORTEAR O DEBATE

lismo e tornado um discurso muito repetido, nos dias de hoje. É inegável a força e o poder que essa propaganda traz como benefícios para empresas do ramo da biotecnologia. De acordo com a professora Dra Maria Geralda de Almeida, a biodiversidade é território culturalizado; "no discurso capitalista atual, a biodiversidade é, sobretudo a instituição de uma cultura de conservação revelada como nova interface entre a natureza, o capital e a ciência".

Para ilustrar essa situação, aponto a chamada Revolução Verde, nos anos 1970, quando empresas do ramo da biotecnologia passam a "difundir" suas técnicas para o restante do planeta, especialmente nações subdesenvolvidas, desconsiderando o conhecimento tradicional das populações locais, muitas vezes obrigando-os a usar apenas os modelos tecnológicos vindo de cima para baixo, ou seja, das empresas e grandes corporações.

As comunidades tradicionais também correm o risco de perder sua identidade, seja através do deslocamento forçado ou pela introdução de técnicas exógenas a sua realidade. As ideias conservacionistas por muito tempo incorreram no equívoco da conservação como ação que retira todos os habitantes da área que se deseja conservar. Neste caso, as necessidades e os direitos dessas comunidades tradicionais não foram respeitados. Para Colchester (2000, p.235), "o equilíbrio tradicional entre humanos e seu habitat é rompido. As pessoas ficam confinadas em áreas de terra reduzidas e inadequadas; as instituições tradicionais de gestão, que regulam o acesso aos recursos, são desprezadas (...) o resultado é a degradação" na escala biológica e cultural.

Outro grande perigo que paira

Democratização da Justiça

Quando a realização de projetos depende da consonância entre interesses individuais e públicos

POR **LENICE KELNER**, Coordenadora no Núcleo de Prática Jurídica

<lenice.kelner@gmail.com >

O Núcleo de Prática Jurídica na época denominado de Estágio Orientado/ Serviço Judiciário da FURB foi criado em 16 de maio de 1972, pelo doutor José Fernandes da Câmara Rufino, para atender a Lei Federal n. 5.842/72 que dispunha sobre os estágios para o curso de direito e exame de ordem, objetivando especialmente oportunizar ao acadêmico de direito uma prática profissional na própria universidade e em contrapartida ofertar uma assistência gratuita à comunidade desprovida de recursos.

Vários professores e coordenadores ajudaram a criar e impulsionar o Núcleo de Prática Jurídica. Podemos registrar os ex-coordenadores, Professor José Fernandes da Câmara Canto Rufino, o idealizador e instituidor do Estágio Orientado, e em sequência, os Professores Pedro Reis Junior (in memoriam), Wendolin Loes, Lourival Krueger, Paulo Luís Schmitt, Kátia Ragnini Scherer e Anselmo Lessa. E ainda lembrar os coordenadores que por certo período, que de fato coordenaram o Núcleo de Prática Jurídica: Professora Fiorelo Nones-primeiro monitor e instrutor e a Professora Olga Ines Bernart – in memoriam.

No ano de 1972, quando iniciou o atendimento do Estágio de Direito (assim denominado na época) foram atendidas 53 pessoas. Muito diferente dos números atuais, que só no ano de 2011, foram realizados 10.947 atendimentos.

Em outubro de 2011, foi firmado entre a FURB, o Município de Blumenau e o Tribunal de Justiça, o primeiro termo aditivo ao Convênio no. 002/2006, com vistas à conjugação de esforços para a manutenção do Núcleo de Prática Jurídica e desenvolvimento de atividades correlatas na “Casa da Cidadania” da Comarca de Blumenau.

O Núcleo de Prática Jurídica, funciona no prédio do Antigo Fórum de Justiça, ao lado da Prefeitura de Blumenau, e está vinculado ao Centro de Ciências Jurídicas da Universidade e serve a dois objetivos principais: ao ensino e à prestação de assistência jurídica à comunidade de Blumenau.

Os alunos do Curso de Direito fazem o Estágio Curricular Obrigatório, e dentre muitas atividades atendem gratuitamente as pessoas carentes que tenham uma renda mensal de até 2 salários mínimos, sob a orientação profissional de professores.

Os processos ajuizados pelo Núcleo de Prática Jurídica tem tramitação no Fórum Universitário, e diferente de outros processos judiciais, são julgados em tempo muito breve.

Desde 1998 contamos com a parceria integral do Curso de Serviço Social da FURB e mais recentemente com o Curso de Psicologia, que interagem no nosso ambiente de trabalho e com excelentes resultados.

Em janeiro de 2005, foi firmado Convênio com a Justiça Federal, para atendimento na

área previdenciária, só no ano de 2011 houve 123 nomeações em Recursos Previdenciários.

A FURB, através do NPJ, realiza todos os atendimentos da Secretaria do Juizado Especial Cível, atendendo todas as ações que tratam de valores inferiores a 40 salários mínimos, o

O aniversário de 40 anos do Núcleo de Prática Jurídica prova que é relevante e digno de reconhecimento o serviço de pesquisa e extensão prestado à comunidade de Blumenau e região

denominado juizado de Pequenas Causas.

No ano de 2008 foi criado o PAC – Projeto Aluno Conciliador, onde os alunos do Curso de Direito realizam as audiências de conciliação, tentativa de efetiva justiça, onde acordos são realizados e ações judiciais não são necessárias.

inclusive, em função de problemas sociais enfrentados pela comunidade atendida, a busca de interação com acadêmicos de outros Cursos, notadamente de Serviço Social e Psicologia.

Atualmente o Núcleo de Prática Jurídica conta com uma equipe de 12 professores, 1 advogado, 4 servidores administrativos, 7 bolsistas, atendendo em média de 450 estagiários semestralmente, nos períodos matutino, vespertino e noturno. A estes professores e servidores, bolsistas e alunos, nosso sincero agradecimento.

Temos orgulho de ter professores comprometidos com a qualidade do ensino da graduação e preocupados com os anseios da população carente. Posso dizer que temos uma equipe assídua, competente no conhecimento e inovadora.

O aluno do Curso de Direito da FURB é quem realiza os atendimentos, pesquisa, petição e busca por uma solução justa aos casos que lhe são encaminhados.

Os atendimentos realizados pelos acadêmicos de Estágios Orientados de Prática Jurídica

- Escritório III e IV, orientados pelos professores do NPJ, contemplam todas as áreas do direito, sendo que as mais procuradas são: ações cíveis (família, possessórias, etc), trabalhistas, previdenciárias e atendimentos de competência do Juizado Especial Cível.

Desta forma, seguindo a evolução dos trabalhos temos como meta, além da manutenção da qualidade dos serviços já implantados:

- implantação de um novo sistema de informatização que possibilitará maior confiabilidade dos dados, digitalização dos processos e rapidez nas consultas, através de um software que já está sendo desenvolvido;

- implantação do espaço para futura turma de mediação e arbitragem a ser criada (mais uma opção de atividade a ser desenvolvida nas disciplinas do estágio obrigatório curricular), que contará com a participação dos estagiários do Curso de Psicologia da FURB, implementando a interdisciplinaridade nas audiências.

- Por fim, acompanhando a modernização e aperfeiçoamento no Núcleo de Prática Jurídica, implantar o peticionamento eletrônico com o fim de trabalhar somente com processos virtuais.

Creio que o aniversário de 40 anos do Núcleo de Prática Jurídica prova que é relevante e digno de reconhecimento o serviço de pesquisa e extensão prestado à Comunidade de Blumenau e região.



Enfim, com a celebração de convênio com o Egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina e consequente instalação do Fórum Universitário junto às Instalações do Núcleo de Prática Jurídica, deu-se um enorme incremento às atividades de extensão dos estagiários, forçando,

Em busca da História Ambiental do Vale

Na FURB, em 2004 foi criado o Grupo de Pesquisas de História Ambiental do Vale do Itajaí, com o objetivo de entender as relações entre sociedade e natureza nos diversos períodos históricos do Vale

POR **MARTIN STABEL GARROTE**, *historiador ambiental, mestre em Desenvolvimento Regional, atua como historiador/pesquisador no Grupo de Pesquisas de História Ambiental do Vale do Itajaí*

< martin_stabelgarrote@yahoo.com.br >

A História Ambiental é uma linha de estudos da história que busca um entendimento sobre a interação sociedade e natureza. É interdisciplinar, necessitando de diversas fontes para compor a história, como exemplo os dados climáticos, geográficos, botânicos, ecológicos, econômicos, gastronômicos, religiosos, entre outros. O seu principal objetivo é compreender numa perspectiva histórica, como ocorreram as interações entre grupos humanos e a natureza no passado. Ou seja, é um estudo de história onde a natureza não é apenas um cenário onde se passa a história, ela participa na configuração das culturas e formação das sociedades, assim como é influenciada por elas.

A História Ambiental é desenvolvida nas universidades estadunidenses a partir dos anos 1960. Ela é fruto de fatores acadêmicos e sociais.

Surge num momento histórico onde pairava na academia reflexos e transformações na historiografia, principalmente influenciada pela escola dos Annales e a Nova História, tendo a inclusão da sociologia e seus métodos

de pesquisa na história, assim como a influência da geografia cultural de Carl Sauer e Paul Vidal de La Blanche. E socialmente com transformações e impactos ambientais evidenciados a partir de 1950, principalmente através dos movimentos ambientalistas, com a crise do petróleo, os agravantes do uso do DDT e impactos ambientais e sociais das indústrias de novas tecnologias. Nesse cenário diversos cientistas questionaram que através do levante do passado, e na compreensão de como ocorreram às interações e consequências catastróficas sociedade VS natureza, o presente poderia ser pensado ou planejado de forma que o crescimento econômico fosse conduzido a um desenvolvimento menos impactante ou sustentável.

A área de história ambiental antes mesmo de ganhar essa denominação nos anos 1970, já estava sendo analisada em muitos estudos que tratavam de sociedades e suas interações com o ambiente/natureza. Esses estudos nem sempre foram feitos por historiadores, mas são pesquisas ou análises teóricas a respeito das interações entre sociedade e natureza. Entre os autores clássicos que teorizam a relação sociedade natureza destacamos: Karl Marx, Friedrich Engels, Marc Bloch, Fernand Braudel, Arthur Toynbee, Gordon Childe, Alain Corbain, Raymond Williams, Keith Thomas, e caminhando para a História Ambiental: Walter Prescott, Frederick Turner, Michael Smith, Roderick Nash, Donald Worster, Alfred Crosby, William Cronon, Warren Dean, entre outros recentes.

A História Ambiental passa a ser conhecida mundialmente através da divulgação do curso

American environmental history (história ambiental), ministrado em 1972 por Roderick Nash na Universidade californiana de Santa Bárbara. Em 1977 é criada a Sociedade Norte Americana de História Ambiental, que passou a organizar eventos e publicações. Em 1999 é fundada a Sociedade Européia de História Ambiental, e em 2003 foi criada a Sociedade Latino Americana e Caribenha de História Ambiental. Estas instituições vêm contribuindo na consolidação da área, assim como discutindo as bases teóricas e metodológicas da História Ambiental.

No Brasil antes da consolidação da História Ambiental nos anos 1980, muitos autores possibilitaram uma análise da história do país tendo a natureza como coadjuvante do processo histórico, como a história ecológica, denominação dada por Gilberto Freyre a sua obra Nordeste, assim

como os estudos de Caio Prado Jr, Darcy Ribeiro, Josué de Castro, Sérgio Buarque de Holanda e outros. Na academia brasilei-

ra, a história ambiental passa a ser difundida a partir dos anos 1980 através dos estudos de Donald Worster (1991), Para Fazer História Ambiental, e Warren Dean (1996), com sua História Ambiental da Mata Atlântica A Ferro e Fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. Alguns historiadores e pesquisadores brasileiros passaram a disseminá-la, contribuindo com a História Ambiental em nosso território, como José Augusto Drummond (1991), com o estudo A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa, entre diversos outros estudos de casos; José Augusto Pádua (2004), com o clássico Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888); assim como os estudos que vem sendo produzidos por Regina Horta Duarte, Paulo Henrique Martinez, Gilmar Arruda entre muitos outros pesquisadores, que contribuem com a consolidação da área na academia brasileira.

Teóricos da História Ambiental a distribuem em três tendências ou categorias. A primeira busca realizar uma reconstrução de como era o ambiente e sua história ecológica no passado. A segunda busca compreender os modos de vida humana, sua produção, o uso do solo em am-

bientes distintos, analisando seu desenvolvimento e impactos decorrentes de sua interação/exploração no passado e tempo presente. A terceira analisa as ideias, os discursos, as mentalidades e percepções sobre a natureza. Uma quarta poderia ser a união das três categorias para analisar um objeto de estudo.

Para realizar estudos de história ambiental o historiador/pesquisador deve recorrer às fontes clássicas, aos registros escritos, à iconografia, aos vestígios arqueológicos, aos depoimentos de povos tradicionais, ou isolados, assim como os mais velhos através de história oral de vida, dados e sensos econômicos e sociais, dados ambientais e outros. O historiador deve ter um espírito científico aberto a outras áreas do saber, não pode estar isolado, e deve, interdisciplinarmente, estabelecer um diálogo para conseguir uma maior complexidade na análise do seu objeto. Assim terá elementos para uma fidedigna compreensão da cultura material das sociedades e das influências recíprocas entre sociedade natureza, em diversos espaços e temporalidades.

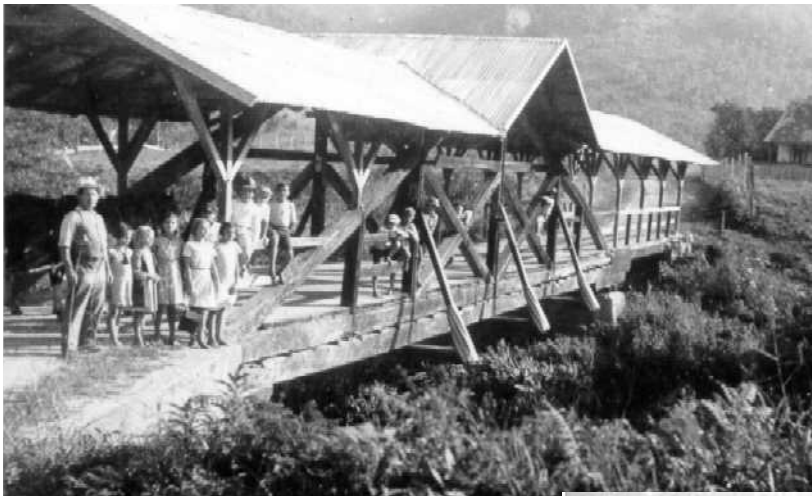
Na Universidade Regional de Blumenau, em 2004 foi criado o Grupo de Pesquisas de História Ambiental do Vale do Itajaí, que tem como objetivo entender as relações entre sociedade e natureza nos diversos períodos históricos do Vale. O grupo realiza estudos, pesquisas e atividades de extensão em Blumenau e região. Um dos recentes estudos realizados através de um projeto de Iniciação Científica foi a pesquisa intitulada “A composição da paisagem às margens do rio Garcia, Blumenau-SC, sob a ótica da História Ambiental”.

A pesquisa teve como objetivo analisar sob a ótica da história ambiental a composição da paisagem às margens de um trecho do Rio Garcia, Blumenau – SC. Foi constatado que antes da ocupação humana no Vale do Garcia, estava presente e predominava a Floresta Ombrófila Densa. A paisagem original se modifica com a ocupação dos primeiros imigran-

tes a partir de 1860, quando começa a se configurar como uma paisagem rural. A partir de 70 a paisagem urbana começa a substituir a rural com uma ocupação e modificação mais intensa do espaço. São ocupados por edificações os fundos dos vales, as margens dos rios, as encostas, e espaços que antes eram cobertos por florestas e posteriormente substituídos por cultivos e pecuária. A excessiva ocupação humana do Vale do Garcia tem contribuído para a desfiguração da paisagem original natural e rural. Ao longo das margens, foram registradas construções, aterramentos, ocupação das encostas, retificação, dragagem e construção e manutenção de estradas e pontes de forma desordenada no espaço, o que leva a problemas socioambientais históricos em eventos climáticos extremos. Com os resultados dessa pesquisa, associada a outras pesquisas com foco ambiental, políticas públicas poderiam ser desenvolvidas, não com objetivo de retroceder, mas sim planejando a ocupação e reduzindo o risco social e econômico do uso do solo/espaço do Vale do Garcia.

O GPHAVI está localizado no Campus 1, Bloco R, sala 130. Para ter mais informações entre em contato através do telefone (47)33210496, ou visitando o espaço online: <http://gphavi.blogspot.com>

Fotos: Acervo Gphavi



Do outro lado do mundo, dentro da Lusofonia

Mestrando em Engenharia Elétrica, Jaime Soares é o primeiro estudante da FURB a vir da República Democrática de Timor-Leste

POR MAGALI MOSER, jornalista do SINSEPES

<magali.moser@gmail.com>

foto: Magali Moser



Desde 2011 em Blumenau, Jaime Soares é estudante do Mestrado em Engenharia Elétrica da FURB

Basta trocar algumas palavras com Jaime Godinho Soares para perceber que ele vem de longe. A fala do jovem de 28 anos mistura os idiomas português e tétum (as duas línguas oficiais do Timor-Leste) e denuncia um dos principais desafios enfrentados para a adaptação: a comunicação. Mestrando de Engenharia Elétrica, é o primeiro estudante da FURB a vir da República Democrática de Timor-Leste, no Sudeste asiático, próximo ao continente australiano.

Para chegar a Blumenau, enfrentou uma jornada de 48 horas de voos, com escalas e/ou conexões em Bali, Cingapura, Doha, São Paulo, Rio de Janeiro

e, finalmente, Navegantes. Foi tempo suficiente para repensar a decisão. Antes disso, Jaime conhecia apenas os países vizinhos ao Timor-Leste, como Indonésia, Malásia e Tailândia, bem como o Qatar.

O combate à pobreza, sempre colocado como prioridade de todos os governos que comandam o país desde 2002, e a mudança de mentalidade dos que esperam que o Estado lhes dê tudo. Estas são as prioridades de Taur Matan Ruak, recém empossado presidente de Timor-Leste, o quinto desde a declaração unilateral da independência em 1975, e ex-guerrilheiro da FRETILIN (Frente Revolucionária de

Timor-Leste Independente).

Jaime perdeu amigos e primos na guerra de libertação. Também acredita na Educação como prioridade para apagar as marcas do passado (o massacre de 1/3 da população e a destruição de 80% das infraestruturas, durante a ocupação indonésia, de dezembro de 1975 a setembro de 1999). Considera a história de luta e resistência do povo um dos maiores patrimônios do Timor-Leste.

Sonha em concluir o mestrado no final do ano, reencontrar a família e ajudar a reerguer o país onde nasceu.

Jaime chegou em Blumenau dia 10 de fevereiro do ano passado através de

uma bolsa da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Permanece na região até fevereiro do ano que vem. Deixou Díli, a capital do Timor-Leste, e trouxe do país o tradicional chale típico, símbolo da identidade nacional - frequentemente entregue por timorenses a estadistas e pessoas amigas como forma de respeito e apreço.

O estudante conta que é comum os brasileiros desconhecerem a história do seu país. Já se acostumou a apontá-lo no mapa para identificar de onde vem. "A maioria pensa que é uma cidade na África, ou no Paraguai, por conta da cor de minha pele" - relata.

Antes da vinda a Blumenau, as referências sobre o Brasil no seu imaginário se restringiam ao "país do futebol" e a personalidades como Kaká, Ronaldinho Gaúcho, Ronaldo e Roberto Carlos. Mas alimentava o sonho de conhecer as terras tupiniquins.

Em Blumenau, conquistou amigos e descobriu outras perspectivas: "Aqui não tem Carnaval, mas tem Oktoberfest". Jaime aperfeiçoou o português em Blumenau. Durante os 25 anos da ocupação da Indonésia, o português foi uma língua proibida, falada clandestinamente e pelos guerrilheiros que lutavam pela libertação.

Como jovem, estudou na escola e na universidade o bahasa, língua oficial indonésia. Além do idioma, Jaime também teve dificuldades de se adaptar ao clima frio da região. O Timor-Leste está no mesmo paralelo de Pernambuco, mas do outro lado do mundo, cuja diferença de fuso horário é de 12 horas.

Desde que chegou ao Brasil, não visita os pais e os seis irmãos que deixou no Timor-Leste. Os contatos se resumem a um ou dois por mês, através do Skype. O alto custo com passagem, algo em torno de US\$ 2 mil - valor gasto com a vinda, inviabiliza retornos para amenizar a saudade. Por isto, a ansiedade para voltar é ainda maior.

"Perdi amigos e familiares na guerra"

SINSEPES - O Timor-Leste é considerado um dos países mais jovens do mundo. A independência, em 2002, proporcionou uma melhoria das condições de vida da população, uma redução das desigualdades?

JAIME SOARES - Sim, houve uma redução das desigualdades, principalmente nas áreas de Educação, Economia, na condição social do povo, de modo geral. Também houve mudanças na infraestrutura do país, com instalações de novas linhas de transmissão elétrica, construção de estradas, construção

de prédios e outros investimentos da iniciativa privada.

SINSEPES - A guerra no Timor-Leste se estendeu até 1999. Você tem memórias dessa época? Quais lembranças ficaram?

JAIME - Sim, tenho memória, lembranças inesquecíveis na minha vida. No momento que fizemos o desfile pela independência do país, em 1999, ao redor da cidade de Díli, a população gritava em coro o lema: "Viver ou morrer, deve ser independente". Eu me

lembro também do momento em que ouvi os resultados da votação de 30 de agosto 1999, quando o Timor-Leste ganhou o plebiscito sobre a independência e a população ficou muito feliz. Todos se abraçavam e também gritavam de alegria. Depois do resultado da independência, as milícias da Indonésia começaram a investir contra a população. Foi então que eu e minha família fugimos para as montanhas onde vivemos por dois meses, junto com outras famílias, sem nenhum contato com

o mundo exterior. Por isso nós escapamos das milícias. A lembrança que sempre vem à minha cabeça é o povo à procura de comida. Tinha de pensar em outra coisa para se concentrar e conseguir dormir. Lembrança amarga foi quando soube que os meus primos e amigos foram mortos por milícias depois do resultado da votação da independência.

SINSEPES - Como você percebe a atual situação do Timor-Leste?

JAIME - O Timor-Leste começou a

evoluir em termos de desenvolvimento: capital social, economia e infraestrutura. Em comparação com a realidade que vivo aqui, o Timor-Leste ainda está muito defasado no que diz respeito à Educação. Lá faltam professores, livros e até espaços físicos para garantir o aprendizado da população. A maioria dos estudantes ainda não têm sequer cadeira para sentar na escola, na área rural. Precisam sentar no chão batido.

SINSEPES - Quais os principais desafios a serem enfrentados pelo Timor-Leste num futuro próximo? Como o país pode se reerguer, na sua opinião?
JAIME - O potencial econômico do país é imenso por conta do petróleo e gás natural. Mas os recursos petrolíferos são temporariamente geridos pela Austrália, o Timor-Leste ainda não tem estrutura para geri-los. Investir na Educação e na Saúde é um dos caminhos necessários para que o país possa se reerguer. A maioria dos médicos que atuam no Timor hoje vêm de Cuba e da Austrália.

SINSEPES - Em 24 anos de ocupação,

200 mil pessoas foram massacradas, 1/3 da população da ilha, na época. Em 1996, a mobilização pela autonomia do país ganhou dimensão internacional com José Ramos-Horta e o Bispo Dom Ximenes Belo, lideranças do movimento pela independência que receberam o Prêmio Nobel da Paz. No entanto, é comum nos depararmos ainda com um desconhecimento profundo sobre o país. O que os brasileiros e o mundo precisam saber sobre o Timor-Leste?

JAIME - A origem do nome Timor-Leste vem de Timor Lorosaê (ou seja, nascer-do-sol, na língua nacional, o tétum). O Timor-Leste é um país muito pequeno, mas tem uma grande história sobre a libertação do povo maubere (como os timorenses são conhecidos) relativamente à independência. A cultura do Timor também é rica. Há 13 distritos e cada um com suas peculiaridades culturais. De forma geral, é um povo simpático e amigável com várias tradições e uma significativa herança cultural. O país ainda reserva belezas naturais do ponto de vista turístico. Temos praias belíssimas e frequentadas por turistas de todo o

mundo, o ano inteiro.

SINSEPES- Há algum filme ou livro que demonstre o que ocorreu no Timor-Leste com fidelidade?

JAIME- Há um filme australiano chamado *Balibo Five* que assisti quando ainda estava no Timor-Leste e acho que retrata bem o período de guerra no país. Trata-se de jornalistas que para lá se deslocam visando a cobrir a guerra, mas são mortos pelas tropas da Indonésia.

SINSEPES- Quais as semelhanças entre os brasileiros e os timorenses? E o que há de mais diferente entre os dois povos?

JAIME - Tanto os brasileiros quanto os timorenses gostam muito de futebol. Nos dois países, é uma paixão nacional. Lá, no Timor, é comum os jovens de 18 a 20 anos ainda ficarem na casa dos pais, enquanto aqui percebo que a maioria já busca a própria independência, o próprio espaço.

SINSEPES- Durante muito tempo, o Timor-Leste submeteu-se ao colonialismo português e depois à violenta

dominação indonésia. Quais as marcas que ficaram deste processo histórico?

JAIME - O período em que a Indonésia ocupou o país ficou conhecido como *Massacre de Santa Cruz*. Isto ocorreu em 12 de novembro de 1991. O Massacre de Santa Cruz é um marco histórico que aconteceu no cemitério onde militares da Indonésia mataram centenas de timorenses. No período de dominação portuguesa, de meados da década de 1950 até 1975, os timorenses sofreram discriminação na Educação. Só tinha acesso à educação quem mantinha uma relação com os portugueses e os filhos de reis étnicos. As pessoas comuns não podiam ter acesso à Educação.

SINSEPES - Quais as principais descobertas da sua estada no Brasil? O que mais te encantou em Blumenau?

JAIME - Principalmente o nível e a qualidade da Educação. Já fiz muitos amigos aqui. E sou bem recebido aonde vou. Blumenau é uma cidade muita linda, com cultura alemã, cidade que não tem Carnaval, mas tem *Oktoberfest*. E também as mulheres aqui são bonitas...

Sobre o Timor-Leste

Timor-Leste é um país asiático localizado no lado leste da Ilha de Timor. É um dos mais jovens países do mundo, sua independência aconteceu em 20 de maio de 2002. Porém, a primeira independência ocorrera em 28 de novembro de 1975, de Portugal. Nove dias depois, a 7 de dezembro, iniciou-se a invasão indonésia que durou até 20 de setembro de 1999. Após 24 anos de dura ocupação, o legado foi um genocídio e enorme destruição material. Felizmente, as relações correntes entre os dois países são normais, e ambos esforçam-se para aprimorá-las.

Nome: República Democrática de Timor-Leste

Capital: Díli

Divisão: 13 distritos administrativos --Aileu, Ainaro, Baucau, Bobonaro (Maliana), Cova-Lima (Suai), Díli, Ermera, Lautém (Los Palos), Liquiçá, Manatuto, Manufahi (Same), Oecussi (Ambeno), Viqueque

População: 1.084.971 (julho de 2007)

Área: 15.000 km²

Idioma: tétum (oficial), português (oficial), indonésio e inglês. Há 16 línguas locais: tétum, galole, mambae e kemak são as mais faladas

Moeda: dólar estadunidense

Forma de governo: república parlamentarista

Posição no IDH: 150° [o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU mede o desenvolvimento do país com base na expectativa de vida, no nível educacional e na renda *per capita*. A Noruega lidera a lista, e o Brasil está na 72ª posição]

PIB (total de riquezas produzidas): cerca de US\$ 2,2 bilhões (2007)

Renda *per capita* anual: US\$ 2.000 (2007)

Desemprego: estimado em 50%. Nas áreas urbanas, chega a 20% (2001)

Organizações internacionais: ONU e Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) - os oito países da Lusofonia



Furb sedia debate sobre a participação do assistente social na Educação

O I Fórum de Debates: Educação Espaço Profissional *também* do Assistente Social, realizado na FURB em comemoração ao Dia do Assistente Social (15/05), mobilizou mais de 50 profissionais que trabalham em instituição de ensino ou atuam pontualmente nas questões relacionadas à educação.

O objetivo do evento foi potencializar discussão sobre a inserção destes profissionais nas escolas públicas de ensino fundamental (proposto pelo PL 6833/2000) e compartilhar experiências de práticas no ensino formal e demais espaços de educação (ONGs, etc.). O fortalecimento da defesa do ensino público, gratuito, laico e de qualidade perpassou os objetivos do evento promovido pelas assistentes sociais da FURB.



Foto: Magali Moser

Fórum dos Trabalhadores promove palestra sobre direitos trabalhistas

O Fórum dos Trabalhadores de Blumenau (FTB), que reúne mais de dez sindicatos de trabalhadores na cidade, entre eles o SINSEPES, promoveu uma palestra com a juíza da 4ª Vara do Trabalho, Andréa Passold.

O encontro ocorreu dia 7 de maio, no auditório do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis (SINTRAFITE) e reuniu trabalhadores de diferentes categorias.

ONU questiona o Brasil sobre violações do direito à moradia em obras da Copa

O Brasil foi questionado pelas remoções forçadas de populações de terrenos que darão lugar a obras da Copa de 2014 e da Olimpíada de 2016.

Para grandes obras de forma geral houve cobrança por diálogo com populações locais afetadas. Foi a segunda participação do país na Revisão Periódica Universal da ONU, que avalia questões de direitos humanos a cada quatro anos.

No ano passado, o Brasil foi repreendido pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos pela construção da usina de Belo Monte, no Pará, em razão do impacto em comunidades indígenas.

Marcha das Vadias combate violência contra mulher

A Marcha das Vadias, ocorrida simultaneamente em várias cidades brasileiras e do mundo dia 26 de maio, ganhou caráter nacional. Entre as cidades brasileiras que realizaram o protesto estão Brasília (DF), Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG), Florianópolis (SC), Vitória (ES), São Paulo (SP), São Carlos (SP), São José dos Campos (SP) e Sorocaba (SP).

A iniciativa busca chamar a atenção da sociedade de que a culpa da violência e do abuso sexual não é da vítima. A Marcha das Vadias iniciou em 2011 no Canadá e vários países aderiram ao movimento. O evento é um protesto contra o pensamento machista de que mulheres vítimas de estupro também são culpadas, por causa das roupas "provocantes" que usavam.



Foto: André Lessa/AE

Feijoada marca passagem do Dia do Trabalhador no SINSEPES

Em homenagem ao Dia do Trabalhador, o SINSEPES promoveu uma feijoada em 1 de maio. O encontro reuniu os servidores no complexo esportivo da Furb e contou com a animação da banda Acordes Urbanos. Desde 2008, o Sindicato não promovia uma feijoada na passagem da data.

Foto: Magali Moser



Salim Miguel: “maktub”

POR VIEGAS FERNANDES DA COSTA, *escritor e historiador* <viegas@furb.br>

Em setembro de 2008 conheci Salim Miguel. Um depoimento poderia começar assim, mas não seria de todo honesto. É bem verdade que em setembro de 2008 saímos de Blumenau, o historiador Darlan Schmitt e eu, para entrevistarmos o escritor Salim Miguel em seu apartamento, às portas da UFSC, na Ilha de Santa Catarina. Íamos a serviço do Sarau Eletrônico, página eletrônica da Biblioteca Universitária da FURB, que começava a publicar entrevistas com escritores nascidos ou radicados em Santa Catarina. Salim, tanto pela extensão quanto pela qualidade de sua produção intelectual, foi logo um dos primeiros nomes lembrados e, finda a entrevista, percebemos que não tínhamos somente conseguido um depoimento dos mais ricos, mas também iniciado uma relação de parceria e amizade que perdura até hoje.

À época havia a expectativa do lançamento de um novo romance seu, intitulado “Jornada com Rupert” – que há muito repousava inconcluso em uma gaveta e ao qual Salim resolvera dar nova chance –, cuja história ambienta-se no contexto da colonização germânica no Vale do Itajaí. De pronto acordou-se que lançaríamos o livro na Biblioteca da FURB, o que de fato aconteceu em 13 de novembro daquele mesmo ano, alguns dias antes da grande tragédia socioclimática que castigou o Vale do Itajaí como nunca antes na história, e sobre a qual Salim Miguel chegou a escrever em artigo publicado no Jornal do Brasil. Já na data do lançamento, a chuva era muita e prenunciava más notícias para a região. Cogitamos, inclusive, transferir o evento, e por pouco não conseguimos buscar Salim e Eglê – sua namorada desde 1947, e sobre a qual confessou em sua entrevista: “na verdade eu não seria quem sou sem a Eglê”. O próprio Salim já duvidava que com toda aquela água que despencava das nuvens também em Florianópolis, ainda iríamos buscá-lo para o lançamento de “Jornada com Rupert”. Ao fim, entretanto, tudo correu bem, e o interesse que o autor desperta demonstrou-se na quantidade de pessoas que se fizeram presentes ao evento – antecedido por uma conversa na qual discorreu sobre sua trajetória intelectual.

Digo tudo isso para me reportar aos eventos iniciais de uma proximidade física com o ser humano Salim Miguel, e não apenas com a figura pública que escreveu livros, integrou o Grupo Sul, participou da produção de “O preço da ilusão” – primeiro longa metragem de ficção catarinense – e, entre muitas outras atuações no cenário das artes e do jornalismo, foi preso pela Ditadura Militar Brasileira. Primeiramente, então, a recepção afetuosa em seu apartamento, para uma longa entrevista. Nunca antes havíamos nos visto, nunca antes conversáramos pessoalmente, senão pelas páginas dos seus escritos; ainda assim, Salim soube diluir todas as fronteiras que pudessem se interpor entre os dois jovens que o procurávamos e sua vasta experiência de quase oitenta anos

intensamente vividos. Solícito, paciente, de memória prodigiosa, confiou-nos sua história e, ao mesmo tempo, em gesto de nobre humildade, colocou-se atento a tudo que pudéssemos trocar. Curioso, inquireu por nossa biografia, pela Universidade em que trabalhávamos – e onde há alguns anos estivera, palestrando – e por Blumenau, cenário do romance que em breve lançaria. Não à toa, lendo mais tarde este seu romance, “Jornada com Rupert”, em carta da personagem Ilze (auto-exilada no Rio de Janeiro, assim como o próprio Salim o fora após a experiência traumática com a ditadura) a seu pai, encontro a curiosa auto-referência que cito: “queria me mostrar a revista Sul, de Florianópolis; folhee-i e fiquei surpresa de encontrar o tal turco que vinha bisbilhotar em Blumenau.” Sim, quem mais seria este “turco” bisbilhoteiro senão Salim Miguel, o próprio? “Maktub” (estava escrito) fiara seu reencontro com a cidade que, iconoclasticamente, descrevera por meio de Rupert, talvez afirmaria a memória do pai de Salim, o professor de primeiras letras que uma inflamação nos olhos impedira de rumar para os Estados Unidos e fizera embarcar no navio cujo destino era mesmo o Brasil, terra ignota para aquela família de libaneses. Sim, “Maktub” trouxera Rupert para ser lançado em Blumenau, naquela noite úmida e perigosa. “Não aceite que te chamem de turco”, era a exortação de seu pai. Entretanto, irreverente, Salim não perderia a oportunidade de brincar com suas próprias origens, com a imagem do outro sobre si, como aquela que, ainda na infância, fez-lhe uma professora primária que, ao perceber que ele era o aluno que melhor se saía nos estudos de português, chamou a atenção da turma e disse: “vejam só, chegou ontem aqui, mal sabia algumas palavras de português misturadas com árabe e alemão; hoje fala, lê e escreve melhor que

vocês! Não se envergonham diante deste turco?” Era um elogio, claro, mas a confusão quanto à identidade de suas origens ofendeu o menino de então. Confusão que perseguiu o escritor por longo tempo e que hoje dá lugar ao líbano-biguaçuense que reivindica para si, mas que não o impede de apresentar-se como o turco bisbilhoteiro em “Rupert”.

Estabeleço aqui uma pausa para perceber que começo a ter dificuldades em separar, agora, personagem, pessoa e autor. Na medida em que conhecemos Salim Miguel, percebemos que sua vida é mesmo sua obra; e sua obra ficcional, uma reinvenção de suas memórias – como atesta, inclusive no título, seu romance mais recente: “Reinvenção da infância”. Seja com suas experiências com o Grupo Sul, autoficcionalizadas principalmente em “A vida breve de Seze-fredo das Neves, poeta”, seja sua infância em Biguaçu e sua primeira grande amizade intelectual, com o poeta-livreiro cego João Mendes (“Nur na escuridão” e “Reinvenção da infância”), ou ainda seu dilema enquanto autor que busca sua identidade narrativa (“As confissões prematuras”), o principal da obra de Salim Miguel, quando não suas

impressões de leitura, trata-se justamente disso: de autoficção. Por isso, quando diz que “temas ou personagens é que me perseguem”, fico em dúvida se tais temas e personagens perseguem-no na condição de autor ou se na de sujeito histórico. Dúvida que tende a diluir-se na segunda opção, porque assim vejo Salim Miguel: personagem complexo de si mesmo, persistente e que se reinventa em cada narrativa. E ao afirmar isto posso me reportar ao parágrafo que abre este pequeno depoimento, onde digo que não seria de todo honesto se afirmasse que o conheci em 2008, quando fui entrevistá-lo. Não, meu primeiro contato com Salim Miguel personagem, autor e pessoa, foi nas páginas de “Nur na escuridão” onde, já no primeiro capítulo, somos apresentados à angústia de um pai de família libanês que desembarca com toda sua família e pertences no porto do Rio de Janeiro, sem conhecer uma palavra de português ou qualquer ou-



Salim Miguel veio do Líbano com três anos, em 1927

Foto: Susi Padilha

tro idioma que não fosse o árabe, desprovido de informações sobre o Brasil e, no bolso, apenas um papel com o endereço incorreto de um parente seu. O torvelinho de pessoas, a barreira da língua e da cultura, os filhos, esposa e pertences espalhados na calçada e a indefinição de um destino, dão a idéia das dificuldades que estes personagens enfrentarão na construção de suas histórias em terras catarinenses. Dificuldades de uma história construída na fábula da narrativa e nos estigmas da carne.

Sempre considerei este início de “Nur na escuridão” uma das passagens mais intensas da literatura brasileira, e disse-o a Salim, em uma de nossas conversas. Ele, por sua vez, surpreende-se por ser referenciado principalmente por este romance.

Autor de dezenas de obras, jornalista de vasta experiência, intelectual com contribuições diversas e intensas, Salim Miguel vê-se defrontado novamente por “Maktub”. Quando nos recebeu, lá em 2008, à porta do prédio onde reside, tasteava a maçaneta. Uma retinopatia roubara-lhe boa parte da visão, e o eco do livreiro-poeta João Mendes, seu primeiro grande companheiro de leituras, ressoa hoje em sua pessoa. Ainda assim, mantém-se com a curiosidade e a vivacidade de uma criança, vivo em seu estar-no-mundo, convictamente ideológico, perseguindo suas memórias para, reinventando-as, reinventar-se.

“Maktub” Salim! “Maktub”!

Por uma sociedade sem manicômios

A luta antimanicomial consolida-se como o mais importante movimento pela reforma psiquiátrica no Brasil e ainda enfrenta desafios

POR **ALESSANDRA MARIA DE SOUSA**, Assistente Social, com atuação no Centro de Atenção Psicossocial II e na Enlourecer (Associação dos Familiares, Amigos e Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Blumenau) <alesousa30@yahoo.com.br>

Durante muito tempo o louco, como era chamado o portador de transtorno mental, foi considerado como alguém incapaz de viver em sociedade.

Diante desta realidade iniciou no Brasil na década de 80 o Movimento Nacional da Luta Antimanicomial, primeiramente como organização dos trabalhadores que denunciavam as péssimas condições de trabalho nos hospitais psiquiátricos, e unindo-se a eles os familiares e usuários.

Os profissionais de Saúde Mental no Brasil seguiam atentamente o movimento internacional da reforma psiquiátrica, que passou a fazer parte da agenda de resistência política e pelos direitos humanos.

O Movimento de Trabalhadores de Saúde Mental se institucionalizou com as propostas para uma reforma do sistema de Saúde Mental com base no modelo italiano.

O movimento de Reforma psiquiátrica pretende transformar o modelo assistencial em saúde mental, tendo como princípio norteador a inclusão dos portadores de transtorno mental, apontando propostas que substituíssem o tratamento centralizado na hospitalização e medicalização.

Em meados da década de 1980, a reforma passou a concentrar-se na luta pela extinção dos manicômios,

passando por isso a ser conhecida como a Luta Antimanicomial. Declara-se então como um amplo movimento social, que luta pelos direitos dos cidadãos institucionalizados devido ao transtorno mental e por sua reinserção social.

A Luta Antimanicomial denuncia o tratamento degradante a que são submetidos os portadores de transtorno mental, o desrespeito à privaci-

tal, quanto assistência e promoção de ações de saúde, com a participação da família e da sociedade, respeitando as particularidades e as individualidades. O modelo de assistência proposto é baseado numa rede diversificada de serviços na comunidade, atuando de forma integrada, descentralizada e intersetorial.

Consolida-se, desta forma, o modelo baseado em serviços substitu-

das estratégias para uma transformação social que trabalha no sentido de desconstruir o processo de exclusão e segregação.

A Luta Antimanicomial é contra a mercantilização da doença, a privatização do SUS, a internação psiquiátrica prolongada; e contra toda forma de exclusão e isolamento a que podem ser submetidos os portadores de transtorno mental, incluindo aqueles que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas.

É a favor da ampliação e fortalecimento dos serviços públicos locais que atendem as pessoas com sofrimento psíquico e suas famílias; como as Unidades Básicas de Saúde, os Centros de Atenção Psicossocial (Caps), e pela inclusão e participação ativa na sociedade.

Luta pela construção de novas propostas de ações no sentido de resgatar a cidadania do portador de transtorno mental, tornando-os sujeitos de suas próprias escolhas.

Seus ideais vão ao encontro das lutas sociais pela consolidação dos direitos humanos, assim como com um entendimento da saúde como parte de um processo que visa potencializar a autoestima, a autonomia e a cidadania. É possível cuidar sem excluir! Trancar não é tratar!

Por uma sociedade sem manicômios!

A Luta Antimanicomial denuncia o tratamento degradante a que são submetidos os portadores de transtorno mental, (...) o isolamento, a exclusão, as internações prolongadas que favorecem a cronificação da doença.

dade, a utilização de terapêuticas repressoras e desumanas, o isolamento, a exclusão, as internações prolongadas que favorecem a cronificação da doença.

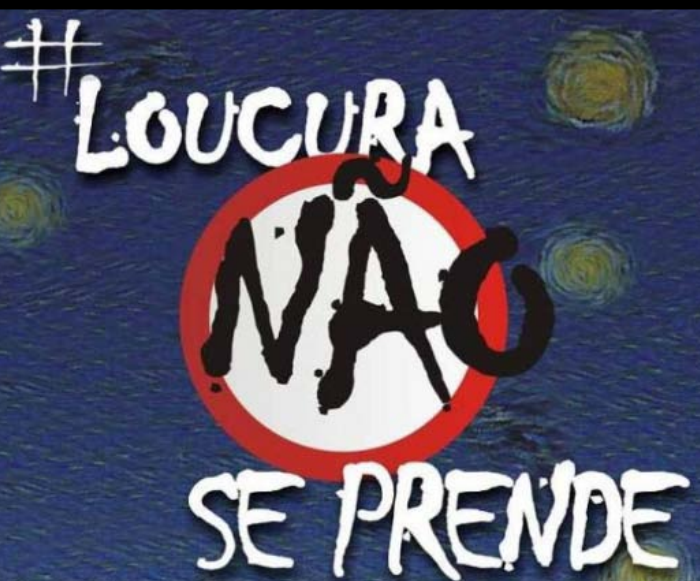
O movimento lutava por uma legislação especial, e em 06 de abril de 2001 promulgou-se a lei 10.216, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental no país.

De acordo com esta lei, é responsabilidade do Estado tanto o desenvolvimento de políticas de saúde men-

tivos aos manicômios, que são os Centros de Atenção Psicossociais (CAPS), bem como residências terapêuticas, centros de convivência, leitos psiquiátricos em hospitais gerais, Programa de Volta Pra Casa, cooperativas de trabalho.

São pressupostos básicos da reforma psiquiátrica no Brasil a inclusão social através da reinserção do cidadão em sofrimento psíquico, e o preparo cultural da sociedade para a convivência com as diferenças.

As políticas de saúde mental são, neste contexto, parte fundamental



Entrevista com o músico John Mueller durante o programa **Mentes e Vertentes**, apresentado pelos usuários do CAPS II de Blumenau. O programa vai ao ar todas as segunda-feiras das 14h às 15h na Rádio Comunitária Fortaleza (98.3 FM)

Foto: Alessandra Maria de Souza

